

Mapas temáticos da viticultura portuguesa: “Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.” (1942)

Mário Gonçalves Fernandes | Helder Marques

*Apresentado no VII SLBCH, Rio de Janeiro, 2017 **

RESUMO

Em Portugal, no que à cartografia histórica da viticultura diz respeito, existem duas fases marcantes em que o uso da cartografia foi recorrente: o primeiro, descola essencialmente no dealbar do último quartel do século XIX, quando os levantamentos e publicações da cartografia de base se consolidaram, e prolongou-se, grosso modo, até à queda do regime monárquico; o segundo, iniciou-se com a fase de afirmação política do Estado Novo e encerrou-se, sensivelmente, pelos anos 50 do século passado.

No contexto dos organismos corporativos de regulação setoriais ou de fileira produtiva criados pelo Estado Novo, o caso da Junta Nacional do Vinho (1937) é incontornável. Para ela foram transferidas as competências que anteriormente estavam acometidas à Federação dos Viticultores do Centro e Sul de Portugal (1933).

É, justamente deste período o exemplo iniciático que aqui se apresenta e analisa, consubstanciado na publicação, em dois volumes, da *Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.*, cujos trabalhos de campo se iniciaram em 1939 e que refere a data de 1942 no rosto de ambos os volumes, embora tenha sido impresso, de facto, em dezembro de 1943.

Trata-se do levantamento e análise de solos, das características químicas dos mostos, bem como das condições organoléticas, dado serem recorrentes as práticas defeituosas na produção vinícola, as quais, num contexto de predomínio de pequenos produtores, só em parte seriam mitigadas com a criação, nos anos 50, da rede de adegas cooperativas.

ABSTRACT

In Portugal, in the historical cartography of viticulture, there are two important phases in which the use of cartography was recurrent: the first was essentially at the beginning of the last quarter of the nineteenth century, when the surveys and publications of the base cartography were consolidated, until the fall of the monarchical regime; the second began with the phase of political affirmation of the Es-

tado Novo, and ended in the fifties of the last century.

In the context of the sectoral or productive sector corporate bodies created by the Estado Novo, the case of the Junta Nacional do Vinho (1937) is unavoidable. For her, the competences that were previously assigned to the Federação dos Viticultores do Centro e Sul de Portugal (1933) were transferred.

It is precisely from this period that the initiatory example presented and analyzed here is substantiated by the publication in two volumes of the *Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.*, whose fieldwork began in 1939 and refers to date of 1942 in the face of both volumes, although it was actually printed in December 1943.

This is the survey and analysis of soils, the chemical characteristics of musts, as well as organoleptic conditions, since defective practices in wine production are recurrent, which, in a context of predominance of small producers, would only be partially mitigated by creation, in the 50's, of the network of wineries cooperatives.

Em Portugal, no que à cartografia histórica da viticultura diz respeito, existem duas fases marcantes em que o uso da cartografia foi recorrente: o primeiro, descola essencialmente no dealbar do último quartel do século XIX, quando os levantamentos e publicações da cartografia de base se consolidaram, e prolongou-se, grosso modo, até à queda do regime monárquico; o segundo, iniciou-se com a fase de afirmação política do Estado Novo e encerrou-se, sensivelmente, pelos anos 50 do século passado.

O primeiro período decorreu da emergência do cientismo que perpassou a generalidade das ciências da natureza, vendo-se formatar a consolidação da agronomia como ciência experimental e, correlativamente, fazendo-a ascender ao ensino superior, cujo marco de referência é, em parte, a fundação do Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa (1852). São então relevados os conhecimentos da mecânica e, de um modo geral, de caracterização química dos solos, mas também da fisiologia da videira e respetivos repertórios ampelográficos, assim como, num período de recorrentes falsificações, da análise química dos vinhos e respetivas características organolépticas, tudo coevo da introdução da adubação química, da experimentação, do uso da máquina a vapor e da correlativa extensão (quintas experimentais, estações químico-agrícolas ou comissões de combate ao filoxera).

O segundo, é tributário da abertura de uma nova fase política e social, mais notória aquando da necessidade de afirmação do Estado Novo (1933-1974), o que nomeadamente ocorre aquando das comemorações do duplo centenário (1940). Num misto de demonstração de rigor e probidade científica pretensamente apolítica, de desejo de rutura, a cartografia, de um modo geral, foi também um instrumento imprescindível como suporte à propaganda do novo regime.

Nestes dois tempos e no que à cartografia vitícola diz respeito, pese embora as devidas diferenças, ineludíveis como é evidente, registam-se, num esforço para os tentar tipificar, essencialmente três tipos de documentos, embora entre os primeiros e os segundos existam enlaces de causa e efeito já que, em vários casos, a informação foi recolhida e posteriormente cartografada com o fim de cumprir fundamentalmente o primeiro objetivo:

- i - os de divulgação, normalmente meramente ilustrativos;
- ii - os de tratamento de informação estatística resultante da avaliação de valores de produção;
- iii - os de intenção operativa, nomeadamente de monitorização.

O primeiro tipo quase se esgota nos mapas de apoio que foram produzidos aquando de exposições internacionais, onde se procurava afirmar e divulgar a vocação natural do país para a cultura da vinha, destacando-se sempre a região duriense, produtora do mundialmente conhecido vinho do Porto. De entre todos, dos quais referenciamos no IV SLBCH (2011), por exemplo, os relativos às exposições de Londres (1874) e de Paris (1878), talvez o documento mais emblemático seja a obra *Portugal au point de vue agricole*, de Cincinato da Costa et al, produzida para a exposição de Paris, em 1900, contendo as cartas *Viticole* e *Vinicole* de Portugal.

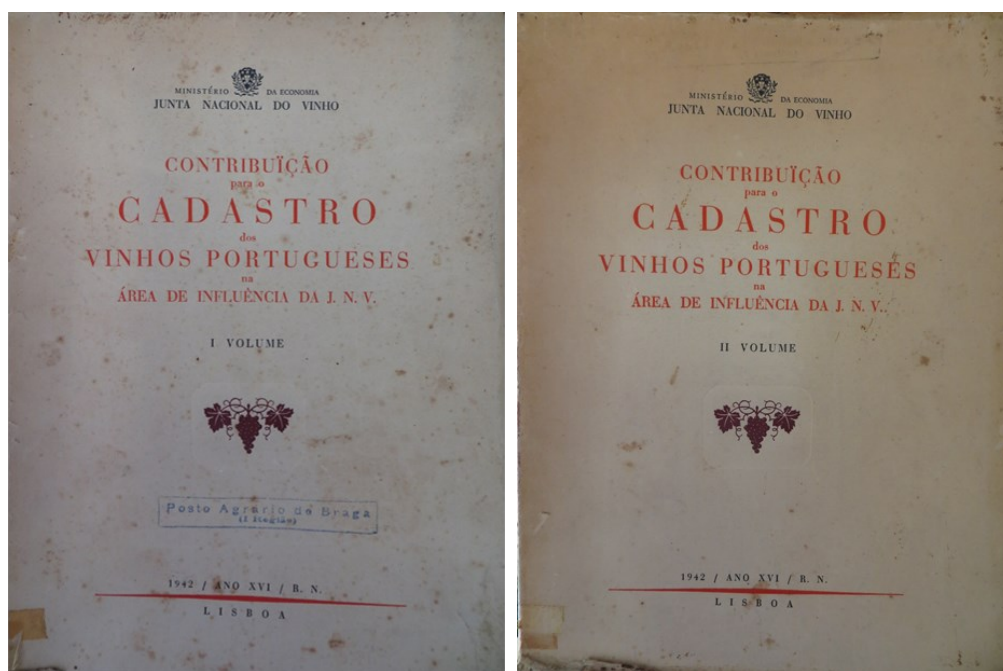
No segundo tipo cabem diversos mapas publicados, pelo menos, desde a última década do século XIX, sendo disso exemplo quer os publicados por Gerardo Pery, em 1890, no Boletim da Direção Geral de Agricultura, quer os dois mapas produzidos por José Taveira de Carvalho Pinto de Menezes (1888/89), aos quais já nos referimos noutra texto e que foram elaborados a partir da informação que recolheu relativa aos montantes que constam do seu relatório manuscrito *Considerações acerca da produção vinícola do Norte de Portugal em 1892*, só recentemente transcrito e publicado na revista *Douro 04. Vinho, história e património* (2014).

O terceiro tipo tem essencialmente fins operativos e, justamente, distingue-se dos anteriores porque a cartografia se consubstancia enquanto forma privilegiada de monitorização ou mesmo de instrumento de suporte ao planeamento, como o demonstram dois exemplos claros abordados no III SLBCH (2009). O primeiro exemplo adquiriu particular importância no período pós-filoxérico, quando o inseto ameaçava destruir os vinhedos e, assim, afetar as exportações vinícolas, essenciais na balança comercial do país. O fundamental deste repositório encontra-se inserido no Boletim da Direção Geral de Agricultura que começou a ser publicado em 1886 e cujo acervo cartográfico já abordamos (III SLBCH, Ouro Preto, 2009). No segundo exemplo, abordado na mesma oportunidade (III SLBCH, Ouro Preto, 2009), relevam-se os mapas de suporte ao planeamento da rede de adegas cooperativas, produzidos nos anos 50 pela Junta Nacional do Vinho. A ambos, junta-se agora um exemplo menor, mas metodologicamente pertinente, consubstanciado na cartografia contida na “Contribuição para o Cadastro dos Vinhos

Portugueses na Área de Influência da J. N. V.”.

No contexto dos organismos corporativos de regulação setoriais ou de fileira produtiva criados pelo Estado Novo, o caso da Junta Nacional do Vinho (1937) é incontornável. Para ela foram transferidas as competências que anteriormente estavam acometidas à Federação dos Viticultores do Centro e Sul de Portugal (1933). É, justamente deste período o exemplo iniciático que agora se apresenta e analisa, consubstanciado na publicação, em dois volumes, da *Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.*, cujos trabalhos de campo se iniciaram em 1939 e que refere a data de 1942 no rosto de ambos os volumes, embora tenha sido impresso, de facto, em dezembro de 1943.

Trata-se do levantamento e análise de solos, das características químicas dos mostos, bem como das condições organoléticas, dado serem recorrentes as práticas defeituosas na produção vinícola, as quais, num contexto de predomínio de pequenos produtores, só em parte seriam mitigadas com a criação, nos anos 50, da rede de adegas cooperativas.



Junta Nacional do Vinho (1942), *Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.*, Vols. I e II. Lisboa, Ministério da Economia, Tipografia Ramos, Afonso e Moita, Lda., dezembro de 1943.

A “região estudada”, é identificada num mapa intitulado “Regiões sobre que incide o estudo do Cadastro dos Vinhos” inserido no vol. I (entre pp. 76-77), sendo composta, genericamente, pela faixa litoral entre Aveiro e Se-

túbal e contendo, assim, duas das áreas de maior produção vinícola sob a jurisdição da Junta Nacional do Vinho, ou seja: a Norte, o território que viria a constituir posteriormente, em 1979, a região demarcada da Bairrada e, a Sul, os extensos vinhedos que se expandiram no período pós filoxérico, sobretudo no Ribatejo, e que detinham primordial importância no abastecimento do aglomerado urbano de Lisboa (como referido no Vol. I, p. 57: “Dentro da área que nós estudamos, destacam-se as seguintes zonas vitícolas: A Bairrada com a vizinhança dos Concelhos de Aveiro, Águeda e Oliveira do Bairro, Cantanhede, Torres Novas até Mafra; Arruda e o Alto concelho incluindo Alenquer, Cartaxo e os terrenos marginais ao Tejo”).

Trata-se do único mapa da obra representando a totalidade de Portugal Continental, no qual, às delimitações distritais se acrescenta a identificação das regiões demarcadas dos Vinhos Verdes, Douro, Dão e Moscatel de setúbal, legendando-as como “Regiões demarcadas”. É claro que estas regiões vitícolas, inicialmente demarcadas em 1908, embora com reajustamentos pouco posteriores no que respeita ao recorte territorial, estavam formal e legalmente fora da jurisdição da Junta Nacional do Vinho, dado que possuíam estatuto jurídico próprio, cabendo, inclusive, às respetivas comissões de viticultura regionais, bastante autónomas, o essencial da espessura jurídica de regulação.

Aceita-se que por razões de capacidade logística ou de insuficiência de meios se tivessem deixado para próximas oportunidades todo o Alentejo, as Beiras e Trás-os-Montes, já que as que foram tratadas eram de facto, à época, as mais pertinentes face aos objetivos que se pretendiam atingir.

Quer a Beira Interior, quer e a Terra Fria Transmontana tinham, além de condições mesológicas inadequadas, uma produção despicienda, de tipo camponês e, por imperar, como era recorrente, salvo um ou outro caso, o autoconsumo, não pareciam relevantes. Razões diferentes explicam a não inclusão do Alentejo, hoje uma área prestigiada e de grande produção vinícola. De facto, tratando-se de pequenos vinhedos essencialmente localizados em torno dos aglomerados rurais, ainda não era de todo previsível que o Alentejo pudesse vir a ser outra coisa a não ser o desígnio de consubstanciar o mito de corporizar o “celeiro de Portugal”. Aliás, o rompimento da charneca alentejana, que se iniciou à sombra das leis protecionistas de finais do século de XIX, prolongou-se na chamada “campanha do trigo” (1929), agora tendo como objetivo a intensificação, pensada a partir do uso generalizado de adubos químicos (quase monopólio da Companhia União Fabril), o que estava ainda, por finais dos anos 30, bem presente no imaginário coletivo, inclusive enquanto símbolo da modernidade do Estado Novo. Só depois de reconhecidos os efeitos perversos do alagamento indiscriminado da cultura cerealífera e, sincronicamente, com o início de implementação, nos anos 50, da rede de adegas cooperativas, a viticultura se expandiria.

Tratando-se de um mapa ilha, sem esquadria, sem indicação de referências de orientação e de escala, com pormenores de traçado das delimita-



“Regiões sobre que incide o estudo do Cadastro dos Vinhos”, inserido no vol. I (entre pp. 76-77).

ções distritais excessivos para a escala presumível, enfim, com uma base cartográfica e uma organização de elementos tão singela, este mapa evidencia, desde logo, a iliteracia cartográfica do anónimo autor (em nenhuma parte da obra identificado), a qual se confirma nas dezenas de documentos cartográficos subsequentes.

Para ilustrar os levantamentos efetuados, bem como os resultados das análises, além de inúmeras tabelas, foram elaborados 71 mapas temáticos, reproduzidos por zincografia, sendo 45 mapas relativos à “distribuição das amostras” recolhidas em cada um dos concelhos envolvidos (26 mapas no vol. I e 19 mapas no vol. II) e 32 “mapas a cores da área estudada” (16 para vinhos tintos e 16 para vinhos brancos), onde se representam os “valores médios”, por concelho, dos resultados das análises física e química.

Trata-se de dois conjuntos distintos e absolutamente independentes, um com mapas de cariz essencialmente locativo, o da “distribuição das amostras” (expressão comum a todos os títulos), mostrando em cada concelho os

locais onde se efetuaram as recolhas das amostras; outro conjunto com mapas coropletos, ambicionando o reconhecimento de hierarquias a partir da comparação dos “valores médios” (expressão comum a todos os títulos) relativos às características físico-químicas dos vinhos de cada concelho.

Em ambos os conjuntos de mapas se verificam claras limitações em relação às regras de elaboração de documentos cartográficos, já então conhecidas e aplicadas noutros documentos e contextos, nomeadamente a incompletude dos títulos ou a ausência de esquadria e de escala.

No entanto, assinala-se que parece terem existido dois autores dos documentos cartográficos, cada um para seu conjunto, num esforço técnico inicial e iniciático para a afirmação da JNV. Assim, nos primeiros mapas, no conjunto dos mapas sobre a “distribuição das amostras”, existe um elemento de orientação (graficamente excessivo) e nos segundos, nos mapas dos “valores médios”, não existe orientação; nos primeiros, o título está graficamente desestruturado e localizado no centro e canto superior direito, enquanto nos segundos está graficamente estruturado e localizado no canto superior esquerdo; nos primeiros, a legenda está no canto inferior esquerdo e nos segundos está no canto inferior direito; nos primeiros, o traçado dos limites concelhios é grosseiro e simplista e nos segundos o desenho dos mesmos limites é completamente distinto e pretensamente menos simplificado. Já agora, em ambos os casos, é aparentemente inglório tentar descortinar de que base cartográfica foram retirados os limites administrativos, quer concelhios quer distritais.

Em síntese, pelas próprias opções em relação à inscrição da toponímia e, principalmente, em relação às escolhas das variáveis visuais utilizadas (a cor amarela para amostras de vinho branco e a cor vermelha para as amostras de vinho tinto), os mapas sobre a “distribuição das amostras” apresentam-se como obra mais linear, algo ingénuo e, essencialmente, desfasada e desconhecida da cartografia relativa ao vinho e à vinha até então existente, enquanto os mapas sobre os “valores médios” demonstram reconhecimento da cartografia coeva ao aplicar tramas gráficas que denotam clara proximidade às utilizadas, pouco antes, no mapa sobre a *Produção Vinícola* inserido no *Atlas de Portugal*, cuja publicação “comemorativa do duplo centenário”, o geógrafo coimbrão Aristides de Amorim Girão acabara de concretizar em 1941.

No entanto, apesar de todos os 32 mapas relativos aos “valores médios” apresentarem tramas gráficas semelhantes às do mapa da *Produção Vinícola* do *Atlas de Portugal*, enquanto neste se encontra suficiente legibilidade da hierarquia ou ordenação da produção (em litros/km quadrado), naqueles a mistura das variáveis visuais utilizadas (valor, grão, orientação e forma) e as sequências escolhidas não resultam na leitura de ordenações, apesar de ser este o objetivo para a representação das distintas características dos vinhos (por exemplo: álcool em volume, acidez tartárica, alcalinidade, sulfatos, cloretos, fosfatos, tanino, ácido láctico, entre outros), cuja dife-

renciação foi realizada pela respetiva associação a cores, que se mantêm na representação dos vinhos tintos e na dos vinhos brancos (por exemplo, o “álcool em volume” é representado com as tramas de cor verde, seja no mapa dos vinhos tintos como no dos vinhos brancos; os cloretos são representados a azul e a alcalinidade a vermelho), o que leva a grande profusão da cor sem consequências benéficas, bem pelo contrário, para a legibilidade comparativa dos documentos cartográficos.

Aliás, as potencialidades de comparação que a cartografia permite foram negligenciadas, ao que parece, visto que, em relação a cada característica, entre o mapa dos vinhos tintos e o dos vinhos brancos, apenas a cor utilizada é comum, apresentando-se normalmente diferentes quer a amplitude e o número de classes, quer a sequência de tramas gráficas escolhida, o que é verificável nos exemplos que apresentamos, relativos ao “álcool em volume”, à alcalinidade e aos cloretos.

De qualquer forma, estava-se numa primeira fase, talvez inspirada e municiada pelo contexto político dos centenários, de afirmação da Junta Nacional do Vinho (1937), a qual, como outros organismos corporativos, depositava no conhecimento técnico e científico, bem como na propaganda, na cartografia, fundadas esperanças para o crescimento do país e o vencimento do Estado Novo, olhando-se para a cartografia como útil instrumento, apesar das limitações técnicas dos seus autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, B. C. Cincinnato da e CASTRO, D. Luiz de (coords.) (1900), *Portugal au point de vue agricole*, Lisboa, Imprensa Nacional
- FERNANDES, Mário G. e MARQUES, Helder (2011), “Os mapas da territorialização vitícola portuguesa (1865-1908)”, *Atas do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto, FLUP (<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/115.pdf>), ISBN: 978-972-8932-88-6;
- MARQUES, Helder, FERNANDES, Mário G. (2009), “Cartografar para compreender: a viticultura portuguesa, da difusão do filoxera à estruturação das adegas cooperativas da Junta Nacional do Vinho, 1870-1950”, *Atas do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Brasil, Ouro Preto (http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/fernandes_marques_cartografar-para-compreender.pdf);
- MARQUES, Helder (2000), *Modernidade e inovação na ruralidade do Noroeste de Portugal*. Porto, FLUP, tese de doutoramento, edição do autor (policopiado) (https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a22_1/apache_media/T4A7P6V4TB14J45AI5B3M5H8RH6XX9.pdf)
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2ª edição 1958), *Atlas de Portugal*. Coimbra: Gráfica de Coimbra (texto) e Lito-Coimbra (mapas). Publicação comemorativa do duplo centenário.

Mapas temáticos da viticultura portuguesa: “Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.” (1942)

JUNTA NACIONAL DO VINHO (1942), *Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.*, Vols. I e II. Lisboa, Ministério da Economia, Tipografia Ramos, Afonso e Moita, Lda., dezembro de 1943.

MAPAS EM ANEXO

Cartaxo. Distribuição das Amostras. Vol. II, entre pp. 568-569.

Sobral de Monte Agraço. Distribuição das Amostras. Vol. II, entre pp. 436-437.

Aveiro. Distribuição das Amostras. Vol. I, entre pp. 88-89.

Cantanhede. Distribuição das Amostras. Vol. I, entre pp. 144-145.

Figueira da Foz. Distribuição das Amostras. Vol. I, entre pp. 180-181.

Alcobaça. Distribuição das Amostras. Vol. I, entre pp. 316-317.

Alcool em volume. Vinhos Tintos. Valores Médios. Vol. II, entre pp. 746-747.

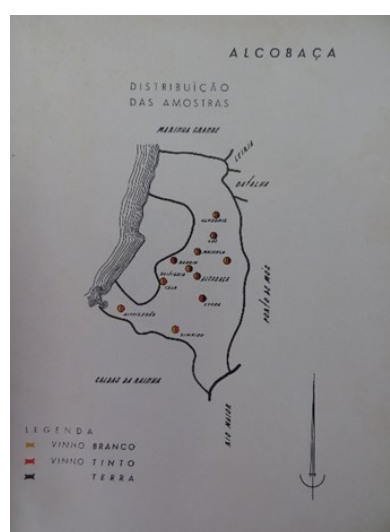
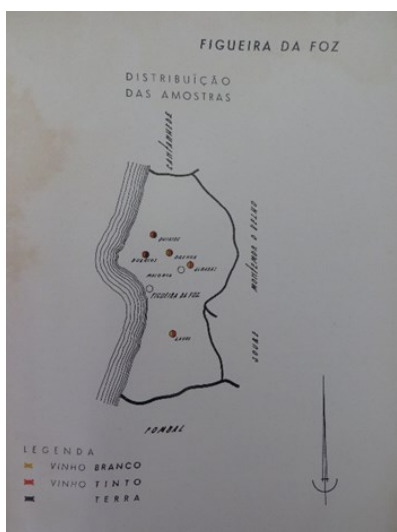
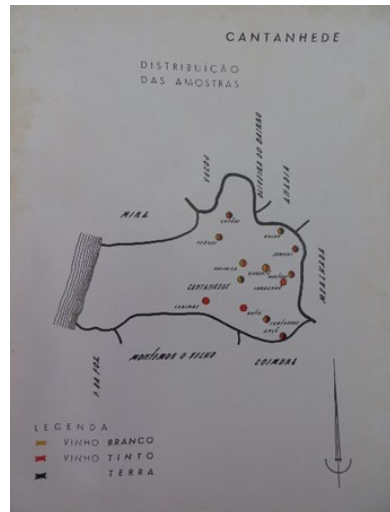
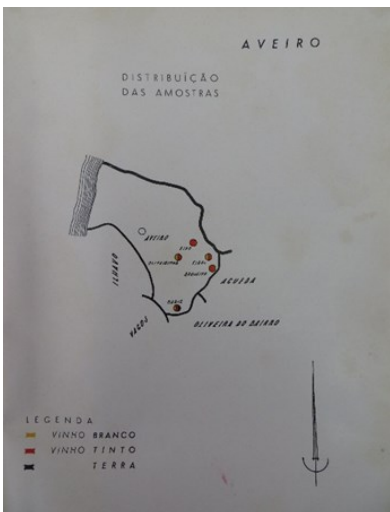
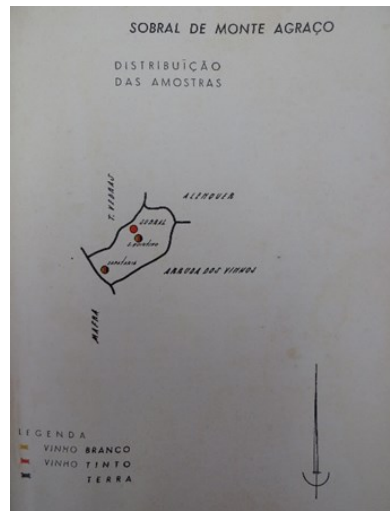
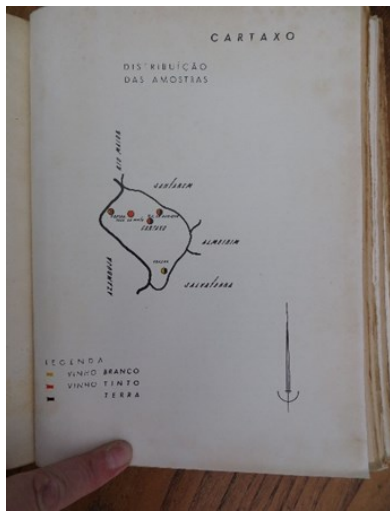
Alcool em volume. Vinhos Brancos. Valores Médios. Vol. II, entre pp. 746-747.

Alcalinidade. Vinhos Tintos. Valores Médios. Vol. II, entre pp. 746-747.

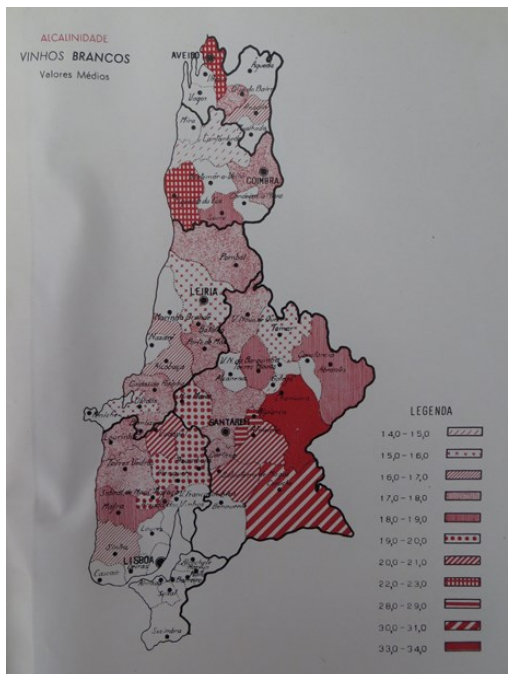
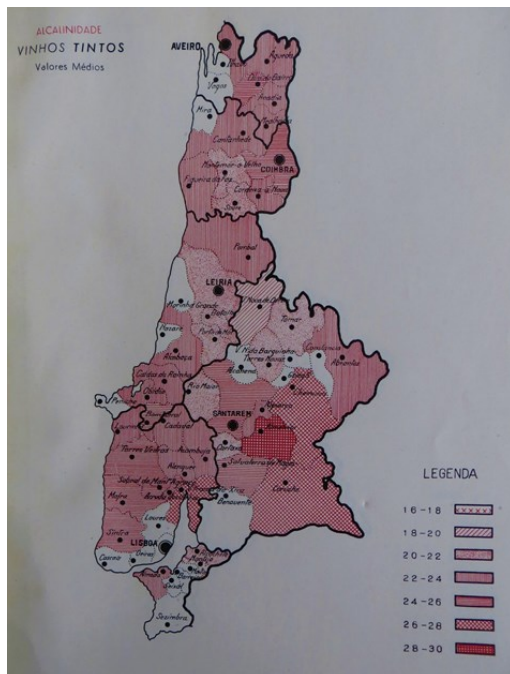
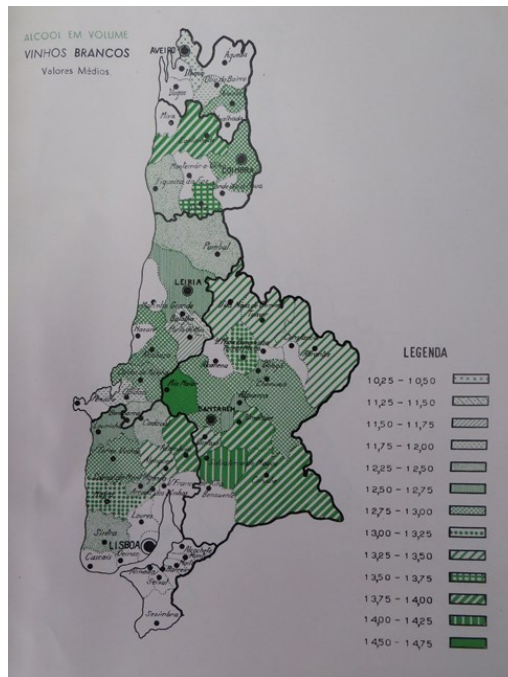
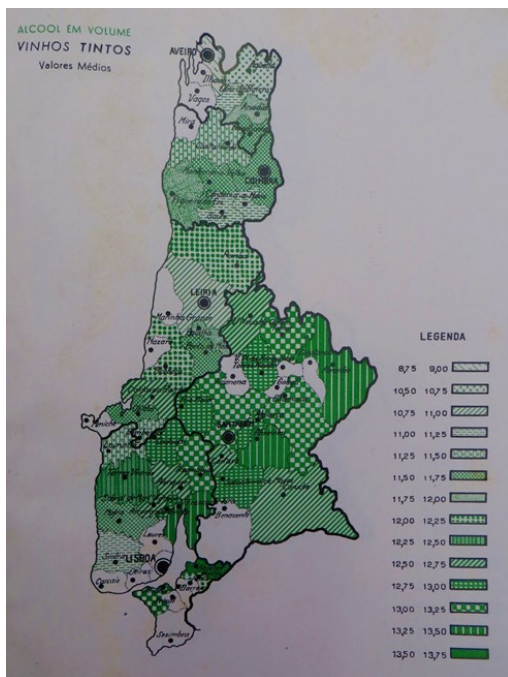
Alcalinidade. Vinhos Brancos. Valores Médios. Vol. II, entre pp. 746-747.

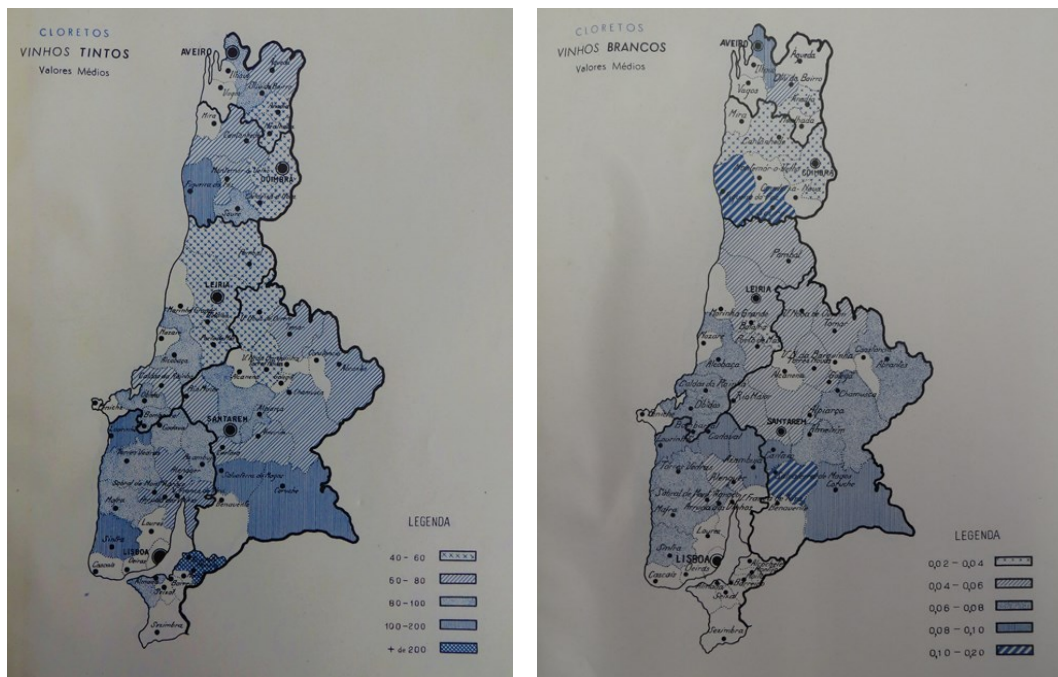
Cloretos. Vinhos Tintos. Valores Médios. Vol. II, entre pp. 746-747.

Cloretos. Vinhos Brancos. Valores Médios. Vol. II, entre pp. 746-747.



Mapas temáticos da viticultura portuguesa: "Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V." (1942)





* FERNANDES, Mário Gonçalves; MARQUES, Helder (2019), "Mapas temáticos da viticul-tura portuguesa: a "Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V." (1942)", VII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, *Revista Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, nº 26-27, pp. 216-238 (<https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnpj/article/view/16235/13023>).

Resumo em inglês em:

FERNANDES, M. G. and MARQUES, H. T. (2019), "Thematic cartography of Portuguese winegrowing (1850-1952)", *Abstracts International Cartographic Association*, 1, 77, Tokyo - <https://doi.org/10.5194/ica-abs-1-77-2019>.